



Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão

Ficha de inscrição

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: Madja de Sousa Moura Florencio

Cargo: Juíza Federal

Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Cidade/UF: Garanhuns/PE

Síntese da prática

Título: Ciclo de transmissão de boas práticas da 32ª Vara Federal/PE.

Categoria: Boas práticas dos magistrados na Justiça Federal Descrição até 4.000 caracteres:

O manual de procedimentos e boas práticas foi desenvolvido pelos servidores da 32ª Vara Federal/PE após um ciclo de transmissão de conhecimentos entre todos os servidores, estagiários e a magistrada titular, ao final dos trabalhos da inspeção ordinária anual do ano de 2016.

Todos os participantes foram divididos em grupos e, alternadamente, assistiram às explanações dadas pelos supervisores a respeito das respectivas rotinas processuais adotadas para que pudessem entender os detalhes do funcionamento de cada setor e, consequentemente, sugerir novas idéias.

Trazendo um caráter mais pedagógico, cada servidor-palestrante confeccionou material próprio explicativo (texto e fluxograma), bem como utilizou o painel do Sistema Creta para simular as situações descritas no decorrer de sua aula. Ao final, todos se reuniram para expor e debater o resultado do ciclo de aprendizado.

O referido manual tem por objetivo facilitar e padronizar os procedimentos adotados pelos servidores em conformidade com os entendimentos da magistrada, além de ajudar na compreensão da dinâmica da Vara quando da chegada de um novo integrante, contribuindo, assim, para um andamento processual célere e eficaz.

A principal inovação oriunda da referida boa prática é a cooperação de todos aqueles que atuam no juízo, dotados das mais diversas formações e



experiências, acarretando uma riqueza de visões, buscando, sempre, a excelência da prestação jurisdicional e o aprimoramento da comunicação com o público atendido no Juizado Federal, efetivada em uma linguagem clara e acessível,

Notadamente, a prática em questão tem o condão de contribuir para o aperfeiçoamento da justiça, dado que, ante a fixação de parâmetros de atuação mais equânimes a serem aplicados a todas às partes, têm-se julgamentos mais transparentes, justos e uniformes.

Outrossim, uma vez que todos possuem a compreensão de como funciona o trâmite processual do início ao fim, os jurisdicionados têm uma melhor qualidade de seu atendimento, possibilitando um diagnóstico em tempo real das necessidades do poder judicante.

Dada a importância que se vislumbrou do trabalho realizado, ele tem sido propagado a outras subseções, com destaque para aquelas em que a magistrada atua cumulativamente.

Todo o esforço empreendido visa a contribuir para a efetividade da prestação jurisdicional buscando o reconhecimento da sociedade de que o Poder Judiciário pode, verdadeiramente, ser um instrumento pacificador das lides, primando pela qualidade na prestação do serviço oferecido.